



Revista EaD & tecnologias digitais na educação

Os Programas da TV Escola e a Educação Especial: possibilidades de formação contínua de professores do ensino fundamental I

Rosângela Vargas Cassola

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

rcassola@brturbo.com.br

Resumo: Objetivamos identificar a potencialidade de utilização da TV Escola na formação contínua de professores que trabalham com alunos que apresentam necessidades especiais. A coleta de dados ocorreu em duas fases: inicialmente usamos como instrumento um questionário com trinta e quatro questões abertas e fechadas. Em seguida realizamos uma entrevista e procedemos a utilização da Técnica de Grupo Focal em seis encontros presenciais. Os dados revelam que os professores desconhecem os Programas da Série Educação Especial da TV Escola, bem como o conceito de deficiência mental e indicam que é possível usar a TV Escola como meio de formação contínua desde que considerados três aspectos: 1) aspectos organizacionais da escola; 2) questões profissionais de formação docente e 3) políticas de implantação da TV Escola.

Palavras-chave: educação especial, formação contínua de professores, TV Escola

Abstract: The SCHOOL TV telecast and special education: potentialities as continued formation for teachers of elementary school. This research aimed to identify potential uses of the School TV in the continued formation of teachers that work with special needs students. Data gathering occurred in two phases: first, we used as instrument a questionnaire composed by thirty-four opened and closed questions. Afterwards, we made interviews and we used the Focal Group Technique during six meetings with our subjects. The data revealed that these teachers ignore the students telecast known as Special Education Set, as well as they ignore the concept of mental deficiency. But the data also indicate that it is feasible to use the students as means of continued formation as long as three aspects are considered: 1)

¹ Pesquisa realizada com apoio financeiro da CAPES através do Programa de Apoio a Pesquisa em Educação a Distância

the organizational aspects of school; 2) professional matters related to teachers' formation; and 3) policies of implantation of the School TV.

Keywords: special education, teachers' continued formation, School TV.

I. Iniciando a Explicitação do Texto

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a qual destina um capítulo a Educação Especial. A LDB 9394/96 com relação aos alunos que apresentam necessidades especiais registra:

o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Além de prever atendimento especializado gratuito aos alunos que apresentam necessidades especiais a LDB 9394/96 registra: Artigo 58 - § 1º: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial”.

A LDB 9394/96 muda o cenário de pouca atenção ao aluno com necessidades especiais e prevê a existência de serviços de apoio especializado no ensino comum e também contempla as contribuições indispensáveis para que esse atendimento ocorra, assegurando a estes:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (LDB 9394/96, p. 27).

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados” (LDB 9394/96, p. 27).

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (LDB 9394/96, p.27).

Conforme a LDB 9394/96, fica a cargo das escolas, assegurar no projeto político pedagógico, ações que contemplem e possibilitem a permanência do aluno que apresenta necessidades especiais no ensino comum. E ainda, que este possa continuar seus estudos, independente de sua idade, cabendo às escolas prorrogar e ou diminuir o ano letivo, de acordo a necessidade do aluno.

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, terminalidade específica, inúmeros são os direitos previstos, contudo, para que todos estes fatores sejam efetivados, é necessário o envolvimento de recursos humanos e a LDB 9394/96 prevê estes recursos.

Efetivamente, em termos legais, o avanço da educação especial está explícito na LDB 9394/96. No entanto, esse avanço na legislação não garante que o atendimento de qualidade, ao qual os alunos que apresentam necessidades especiais têm direito, seja efetivado. Há que se atentar para que a escola cumpra sua função social de socializar conhecimentos, sem discriminação social.

Nesse sentido, dentre as orientações mundiais, temos a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) enfatizando o compromisso renovado de educação para todos. A Declaração de Salamanca de 1994 registrando os princípios, a política e a prática na educação especial em escolas comuns, explicitando que estas são consideradas capazes de combater atitudes discriminatórias e construir uma sociedade inclusiva.

Contudo, mesmo a inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais sendo garantida nas legislações isto não significa que ela esteja ocorrendo integralmente e beneficiando a esta população específica.

Uma das grandes questões deste processo para Oliveira (2003, p. 65) “é como viabilizar a inclusão de forma coerente, sem desprezar os serviços de educação especial e ainda oferecer condições materiais, estruturais e uma boa preparação de recursos humanos para que esta aconteça com sucesso”.

Permeado por estas questões, o processo de inclusão está ganhando novas dimensões, preocupando os professores que estão envolvidos diretamente com o processo educacional e social desta população específica, principalmente por perceberem que não estão recebendo as condições escolares adequadas para as suas necessidades.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais na rede comum de ensino não consiste somente na permanência física desses alunos nas escolas, mas sim prevê a mudança de concepções e de paradigmas construídos anteriores a este movimento inclusivo e acima de tudo almeja o respeito à diversidade e o atendimento das necessidades educacionais especiais.

Para Parizzi & Reali (2002, p. 81)

a formação básica e contínua associada às condições de trabalho aparece como fundamental para que o acesso e a qualidade de ensino preconizados atualmente tornem-se realidade para todos os alunos, em especial os alunos portadores de deficiência.

Para isso, entendemos que o alicerce das novas concepções e paradigmas pode começar na escola. Dentre essas novas concepções, a formação de professores precisa ser revista. Um dos personagens mais importante da escola que precisa ser repensada é o professor, suas carências, dificuldades e medos parecem ficar mais evidente quando se referem à inclusão.

Segundo Silva (2003), os professores que trabalham com alunos que apresentam necessidades especiais sentem falta de conhecer metodologias que levem em conta as especificidades dos alunos, sentem dificuldade de elaborar planos de recuperação, de adaptar instrumentos de avaliação, de conhecer métodos especiais de leitura e escrita, de saber fazer correções articulatórias e adaptações curriculares.

Com o processo de inclusão, que requer inovações educacionais, a maioria dos professores se sente despreparados, precisando de apoio educacional para conseguir avaliar os problemas e as necessidades dos alunos e da sua prática de ensino.

A construção de um espaço para estudos na escola é fundamental para o processo de formação docente, assim como o trabalho de apoio, que deverá ser reestruturado para atender os alunos que apresentam necessidades especiais e professores em sala de aula, até porque, a educação tem hoje um importante desafio: “garantir acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos - inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais” (PARECER CNE/CEB nº 17, 2001, DOU, p. 46).

A garantia dos direitos assegurados no PARECER 17 passa entre outros fatores, por questões ligadas a capacitação docente. Refletir sobre a capacitação docente é necessário e urgente. Atualmente, uma das formas de capacitação que tem sido pensada para o professor é a educação a distância. Segundo Lima (2000, p. 24) a educação a distância pode ser considerada como

um meio de se proporcionar ao professor o acesso às teorias construídas fora da escola, deflagrar as reflexões sobre as práticas e sob esses dois pontos de partida propiciar uma reflexão que leve a uma construção de uma nova prática pedagógica.

Segundo Luckesi (2001, p. 41)

a educação a distância a depender do objetivo político, da ciência e dos recursos metodológicos que lhe dê forma, possibilita, como outros modos de ensino, a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de hábitos.

Para Luckesi (2001) a educação a distância possibilita a democratização do ensino e a linearidade da cultura, possibilitando a culturas locais a reelaboração de conteúdos.

Nesse sentido, o Ministério de Educação e Cultura produziu os programas da TV Escola que sob a forma de um programa de educação a distância, tem o objetivo de capacitar os professores. Segundo Lima (2000) o governo federal tem investido verbas significativas na implantação/manutenção/efetivação deste programa e avaliações são necessárias para verificar a potencialidade desse como meio de proporcionar ao professor uma melhoria de sua prática.

Inúmeros pesquisadores preocuparam-se em analisar as apropriações dos profissionais da educação que trabalham nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas quanto aos programas da TV Escola.

Castro (1998) em sua pesquisa constatou que o Programa da TV Escola - Salto para o Futuro possibilita reflexões aos professores, mas que estas reflexões pouco modificam a prática pedagógica destes professores constatou ainda que o programa não substitui as capacitações presenciais oferecidas pelas Secretarias de Educação.

Semelhante às constatações de Castro (1998), Marques (1998), em sua dissertação registrou que a comunidade escolar ainda não aceita as novas tecnolo-

gias como formas de aprendizagem e que tanto os Programas da TV Escola quanto os programas de informática não alteraram as atitudes pedagógicas dos docentes.

Lins (1998) procurou verificar os limites e possibilidades do Programa TV Escola e para isso contextualizou as políticas públicas, priorizando a formação de professores. Hidalgo (1999) e Lima (2000) no decorrer de sua pesquisa compreenderam ser fundamental a presença de um supervisor/coordenador/organizador dos Programas da TV Escola para que os professores apropriem-se dos Programas exibidos e que isto seja revertido em mudanças de atitudes na prática pedagógica.

Scapin (2003), em sua pesquisa também verificou a importância do coordenador/supervisor para a apropriação dos Programas da TV Escola.

De acordo com as pesquisas citadas poucos são os professores que utilizam os Programas exibidos pela TV Escola para a sua própria formação contínua. A maioria dos professores utiliza os Programas exibidos pela TV Escola em sala de aula com os alunos e principalmente inexistem pesquisas nesta área acerca da educação especial, desencadeando uma indagação: há uso dos Programas produzidos pela TV Escola da Série Educação Especial, destinados especificamente para os professores que trabalham com alunos com necessidades especiais?

A intenção da SEED, ao exibir os Programas da TV Escola que contemplam a Educação Especial, é subsidiar a prática e a formação dos docentes.

Diante dessa realidade, objetivamos identificar a potencialidade de utilização da TV Escola na formação contínua de professores que trabalham com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

2. A Pesquisa: caminhos percorridos

Para alcançarmos nosso intento de identificar a potencialidade de utilização da TV Escola na formação contínua de professores que trabalham com alunos que apresentam necessidades especiais, optamos por desenvolver uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa nos possibilita compreender melhor a realidade, de acordo com Triviños (1997, p. 137) “a pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques, ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente”. A pesquisa qualitativa tem sido bastante utilizada em pesquisas na área da educação, em função de sua abrangência junto aos fenômenos humanos e sociais.

Para alcançarmos nosso objeto de pesquisa foi necessária a formulação de uma pesquisa com duas partes, sendo que o único critério para participar das duas partes da pesquisa era o de ser professor das séries iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas de Sidrolândia-MS.

2.1. Caminhos Percorridos: parte I

Na primeira parte da pesquisa, buscamos explorar e compreender as concepções dos professores sobre o uso da TV Escola para formação contínua dos professores das quatro primeiras séries do ensino fundamental do município de Sidrolândia que trabalham com alunos com necessidades especiais. Para isso utilizamos como instrumento para a coleta de dados um questionário com trinta e quatro ques-

² Município do interior do estado do Mato Grosso do Sul, com uma população de aproximadamente 30 mil habitantes, onde o plantio da lavoura é a fonte principal de renda.

tões. Pautamo-nos na técnica de análise de conteúdo junto às questões abertas e as questões fechadas foram tabuladas com o Programa SSPS Windows - versão 10.

Entre as questões gradualmente organizadas do questionário, podemos evidenciar: a definição de formação contínua, os momentos de formação contínua que os professores consideram efetivo para alterações positivas na prática pedagógica, os momentos que possibilitam formação contínua na proposta pedagógica da escola e a necessidade de espaços para estudo dentro da própria escola.

2.2. Caminhos Percorridos: parte 2

Na segunda parte da pesquisa buscamos, a partir dos resultados da primeira parte da investigação, analisar a potencialidade de utilização da TV Escola por parte dos professores das quatro primeiras séries do ensino fundamental do município de Sidrolândia-MS e que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais. Para isso procedemos a uma entrevista com nove questões e ainda realizamos seis encontros com o Grupo Focal.

No primeiro momento da 2ª parte da pesquisa realizamos uma entrevista junto aos professores informantes da pesquisa. De acordo Minayo (1999, p. 107) a entrevista é um instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais, em função da "(...) fala ser reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados".

Desta forma, através da entrevista objetivamos verificar se os professores dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais compreendem o conceito de deficiência mental, já que esta é a deficiência com maior índice nas escolas públicas em Sidrolândia-MS e ainda se consideram que podem aprender através do uso do videocassete em situação de formação contínua.

Para obtermos estas respostas, seguimos um roteiro previamente estruturado. Para Minayo (1999, p. 99) um roteiro de entrevista "serve para apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa, para orientar uma conversa com finalidade, que é a entrevista (...)". Após a realização das entrevistas, partimos para um segundo momento na segunda parte da pesquisa.

No segundo momento da 2ª parte da pesquisa realizamos os encontros com o Grupo Focal.

Segundo Morgan (1997 apud Gondim 2002) o grupo focal pode ser definido como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais (Merton, Fiske & Kendall, 1990), que coleta informações por meio das interações grupais ao se discutir um tópico específico sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo. Ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade (...).

O Grupo Focal é um instrumento de coleta de dados que serve para observar os processos de interação humana que contribuem para a formação contínua, bem como, para analisar o compartilhamento de opiniões em relação ao tema estudado.

Ao fazer uso da técnica de Grupo Focal objetivamos levar os professores a tomar conhecimento da TV Escola e assim poder avaliar se os programas da Série

Educação Especial são pertinentes à própria formação dos mesmos e ao contexto de sala de aula no atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Ao serem convidados, conforme Quadro I, somente um dos professores da escola estadual e quatro professores das escolas municipais aceitaram participar dos encontros com o grupo focal.

ESCOLAS	Nº de professores informantes que participaram da 1ª parte da pesquisa - respondendo ao questionário	Nº de professores informantes que participaram da 2ª parte da pesquisa - respondendo a entrevista	Nº de professores informantes que participaram da 2ª parte da pesquisa - encontro com o Grupo Focal
Escola Estadual	3	3	1
Escolas Municipais	13	11	4
TOTAL	16	14	5

Quadro I - Participantes do Grupo Focal

Os seis encontros com o Grupo Focal foram gravados com fitas previamente adquiridas. No cenário apenas cadeiras, televisão, videocassete e a fita da Série Deficiência Mental produzida pela TV Escola.

Optamos pela gravação de forma a transcrevê-la posteriormente para melhor analisar as variáveis em observação durante a exibição do vídeo da Série Deficiência Mental produzida pela TV Escola, visando atingir nosso objetivo geral de explorar e analisar a potencialidade de utilização da TV Escola na formação contínua de professores do ensino fundamental das redes municipal e estadual que trabalham com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Objetivamos analisar a Série Deficiência Mental produção da TV Escola que tem duração média de duas horas; segundo a grade de programação que nos foi enviada pela Secretaria de Educação a Distância, a Série Deficiência Mental, foi ao ar pela primeira vez no Canal da TV Escola, no dia 26 de setembro de 1997 e atualmente ainda é exibida.

A Série Deficiência Mental produzida pela TV Escola apresenta seis programas, com o intuito de analisarmos esta Série, assistimos inúmeras vezes, a estes programas, e constatamos que o tema central desta Série é a Deficiência Mental.

Para análise do conteúdo dos vídeos, seis encontros foram necessários. Os encontros aconteceram durante duas semanas, sendo três vezes por semana, com duração de em média uma hora, dividida em torno de 30 minutos para a visualização do conteúdo do vídeo e 30 minutos para discussão como grupo.

Nos estudos com o Grupo Focal trabalhamos com os seis programas da Série Educação Especial que abordam a deficiência mental. Estes programas trazem “relatos de experiências bem-sucedidas de inclusão de crianças portadoras de deficiência mental na rede pública de ensino” e estão divididos em tópicos (TV ESCOLA, 2000, p. 62-63).

Da mesma maneira trabalhamos em tópicos com os participantes do grupo focal. Para tanto, no decorrer dos encontros avaliamos de que maneira os professores compreendem os conteúdos exibidos e ainda se o conteúdo está posto de forma que os professores possam apropriar-se dos mesmos e também se estes programas podem ser considerados como um meio de formação contínua.

Entre outros fatores priorizamos avaliar a forma e conteúdo dos programas da Série Educação Especial - Deficiência Mental; para tanto, nos pautamos em indagações, conforme guia de análise de vídeo Rosado (1996).

3. Resultados

3.1. OS Resultados da Pesquisa - parte I

Na primeira parte da pesquisa, os dados revelaram que 100% dos professores que trabalham com alunos que apresentam necessidades especiais nas séries iniciais do ensino fundamental em Sidrolândia - MS, campo empírico da nossa pesquisa, não tem o hábito de utilizar os Programas produzidos pela TV Escola - Série Educação Especial em momentos de formação contínua.

Verificamos entre outras coisas, que os professores informantes - docentes de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas do município de Sidrolândia-MS, são todos graduados, possuem uma vasta experiência em sala de aula, vêem formação contínua como sinônimo de cursos, sentem necessidade de formação para trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, não conhecem e não utilizam os programas da Série Educação Especial produzidos pela TV Escola

Conforme os dados, os professores informantes, tem uma visão distorcida da formação contínua, pois, esta não deve ser entendida apenas como cursos isolados, e sim como uma formação centrada na própria escola. De acordo com Imbernón (2001, p. 87) “ (...) a formação centrada na escola baseia-se na reflexão deliberada, mediante a qual os professores elaboram suas próprias soluções em relação com os problemas práticos com que se defrontam”, ou seja, os estudos, as discussões são dirigidas a partir da própria necessidade da situação emergencial em que o problema está ancorado, possibilitando alterações significativas na práxis pedagógica.

3.2. OS Resultados da Pesquisa - parte 2

Na segunda parte inicial da pesquisa, através dos argumentos das entrevistas, compreendemos que os professores dos alunos que apresentam necessidades especiais sentem necessidade constante de orientação para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido junto a eles, bem como o pouco conhecimento acerca da deficiência mental.

Entendemos de modo positivo a preocupação que os professores informantes apresentaram quanto a buscar melhor formação para trabalhar com os alunos que apresentam necessidades especiais. De certa forma percebemos que eles compreendem que a função da escola é preparar os indivíduos para o exercício da cidadania, independente de sua cor, raça, ou religião...

A política de inclusão para todos que vivenciamos no início deste século XXI, provavelmente, irá se estender por muitos e muitos anos e o fato dos professores compreenderem que precisam se adaptar para trabalhar com esta população especí-

fica, já é um grande passo, até porque a simples inserção desta população nas escolas comuns, não significa que seus direitos enquanto cidadãos sejam respeitados.

Acreditamos que por conta de sentirem que precisam de melhor formação para trabalhar com os alunos que apresentam necessidades especiais e de não receberem capacitação no ambiente escolar, é que os professores informantes quando questionados quanto à possibilidade de adquirir conhecimento através do vídeo responderam que poderiam receber orientação através de estudos com o uso de fitas de vídeo. Este posicionamento nos possibilitou prosseguir com o segundo momento da segunda parte da nossa pesquisa, que foi a realização dos seis encontros com o Grupo Focal.

Durante os seis encontros com o Grupo Focal, registramos que os professores participantes da pesquisa, possuem/possuíam um conceito mínimo do que seja a deficiência mental, não têm conhecimento se as propostas pedagógicas das escolas públicas do município de Sidrolândia-MS, contemplam as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais e sabem que a inclusão é uma realidade sem volta.

Os professores sentem necessidade de formação contínua no espaço escolar e aceitam a utilização do vídeo como auxiliar na construção do conhecimento. Após conhecerem a Série Educação Especial, legitimaram os Programas da TV Escola como uma fonte rica de informações e propiciadora de reflexões da prática pedagógica no contexto escolar.

Enfim, compreendemos que os professores que trabalham nas séries iniciais do ensino fundamental com alunos que apresentam necessidades especiais nas escolas públicas do município de Sidrolândia-MS, desconheciam os programas da TV Escola, sentem/sentiam necessidade de capacitação, entendem/entendiam a formação contínua como cursos e após os encontros com o grupo focal, legitimam a TV Escola como uma fonte rica de informação.

Ficou explícito que os professores informantes sabem que a inclusão dos alunos que apresentam necessidades especiais é um caminho sem volta e que precisam preparar-se para trabalhar com esta população específica.

Conforme Stainback (1999, p. 25), vivenciamos grandes transformações sociais, e hoje "(...) os professores tem oportunidade de desenvolver suas habilidades profissionais em uma atmosfera de coleguismo e colaboração".

4. Tecendo Algumas Considerações Finais

Conforme vimos no início deste artigo, a legislação orienta aos docentes a formação contínua, no entanto, há que se fazer cumprir esse direito no espaço escolar, utilizando-se para isso, também dos meios de comunicação e informação disponíveis.

Os programas da TV Escola têm também o intuito de proporcionar transformações e desenvolver habilidades. Cabe aos gestores escolares cumprir a legislação vigente e oferecer oportunidades de estudos aos docentes, visto que também é função da escola oferecer formação contínua aos docentes.

Para Vitkowski (2000, p. 160) a TV Escola "propõe a formação docente no ambiente escolar e desse modo, a escola deixa de ser apenas local de trabalho para se constituir também em espaço de formação".

Parece-nos que os resultados apontam que os docentes têm necessidade de formação, existem programas facilitadores/instigadores de reflexões, o que está faltando são oportunidades dentro do contexto escolar para que a formação contínua seja efetivada. A questão da oportunidade de estudos na própria escola envolve além de uma reestruturação por parte dos dirigentes, um fator político. Vitkowski (2000, p. 161) salienta que a prática de estudos no contexto educacional “implica refletir articuladamente sobre as condições sócio-ambientais da escola e com as condições sócio-profissionais do educador”.

A escola enquanto instituição social tem também o dever de formar continuamente seus professores, bem como utilizar os recursos disponíveis para que a formação aconteça com sucesso. Para tanto, há necessidade de adequação e reestruturação de modo que os docentes possam ter direito aos momentos de formação contínua na própria escola e aos recursos existentes para esta formação.

Sendo assim, com esta pesquisa entendemos que a inclusão é um caminho em construção, que os alunos com necessidades especiais, precisam ter seus direitos assegurados e que cabe às escolas buscar subsídios para que isto aconteça.

Acreditamos que a formação contínua dos docentes seja um dos quesitos para a melhoria da qualidade da educação escolar oferecida para os alunos que apresentam necessidades especiais, até porque de acordo com dados da pesquisa de Oliveira (2003, p. 41) “é visível a falta de uma orientação inicial ao trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais e este pode ser um dos pontos negativos no processo de inclusão”, o que novamente justifica a necessidade de formação contínua.

Pesquisadores apontam a escola como um espaço oportuno para esse fim. Segundo Canário (1997, p. 79) a “formação centrada na escola” tende a capacitar o professor a ser um “agente de desenvolvimento a serviço das pessoas e da organização”. Este autor deixa implícito que a “formação centrada na escola”, ou seja, o estudo dentro da escola, na própria prática pedagógica não deve isentar a responsabilidade da formação inicial. É imprescindível que a formação inicial seja feita de maneira bastante responsável, de forma a nos qualificar, mas a formação contínua é indispensável, até porque as competências são adquiridas no dia-a-dia dentro da escola.

Também Imbernón (2001, p. 80) entende que a “formação centrada na escola” é uma grande contribuição à formação docente, “a instituição educacional transforma-se em lugar de formação prioritária diante de outras ações formativas”. Para este autor não é somente o espaço que muda; o contexto escolar é visto como um novo enfoque para redefinir conteúdos e estratégias auxiliares a formação do professor e em contrapartida a melhoria do processo de aprendizagem, além de desenvolver um paradigma colaborativo entre os profissionais da educação.

De forma a possibilitar a reflexão crítica da própria prática pedagógica e a atender as exigências educacionais em nível de qualificações e competências, e em contrapartida a melhoria da qualidade do ensino surge à educação a distância, como um meio de propagar esta possibilidade. Assim como Hidalgo (1999) e Lima (2000), observamos que a TV Escola é um recurso que pode ser utilizado nas escolas para a formação contínua dos docentes, desde que com o auxílio de tutores ou coordenadores para auxiliar nos estudos, contudo, devemos atentar para a forma como as políticas adentram ou estão sendo implantadas nas escolas.

Esses resultados corroboram com os encontrados por Lima (2000) e Scapin (2003) em que a implantação efetiva da TV Escola exige que consideremos: 1) aspectos organizacionais da escola; 2) questões profissionais da formação docente; 3) políticas de implantação da TV Escola. É cabe aos gestores, em nível micro, diretores e supervisores das escolas e num nível macro, os responsáveis pelas políticas de formação em secretarias de educação, uma compreensão melhor desses aspectos de forma a propiciar aos docentes a formação contínua dentro de um contexto escolar democrático. Os integrantes deverão estar envolvidos no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisão, no estabelecimento de padrões de desempenho e na garantia de que a escola esteja atendendo adequadamente às necessidades da sociedade como um todo e cumprindo sua função social.

Nos aspectos organizacionais da escola, há que se direcionarem recursos humanos dentro da escola, responsáveis em garantir que os professores tenham acesso a programação diária, bem como aos programas já gravados. É ainda, pessoas que possam dirigir, planejar, conceber um processo de formação contínua centrado na escola e em seus problemas.

Nas questões profissionais de formação docente há que se assegurarem momentos de estudos na proposta pedagógica da escola que possibilitem aos professores oportunidades de troca de experiências com outros profissionais da educação e ainda, formar professores para interagir com as tecnologias existentes.

No tocante as políticas de implantação da TV Escola, há que se criarem mecanismos de incorporação da TV Escola dentro das escolas e ainda, destinar recursos técnicos e financeiros para manutenção e viabilização efetiva da TV Escola.

Enfim, podemos concluir que para os professores participantes da pesquisa existe a potencialidade de utilização da TV Escola em sua formação contínua. Porém, essa potencialidade não é irrestrita e imediata, ela depende do atendimento aos aspectos organizacionais, profissionais e políticos apontados anteriormente. É, principalmente, que não seja apenas uma política de formação de professores apenas para campanhas de governo, mas que seja efetivamente implementada considerando-se todas as condições e dificuldades dessa categoria de formação.

Acreditamos que com os resultados desta pesquisa, possamos contribuir para que gestores educacionais tracem novas políticas e práticas de utilização da TV Escola nos espaços escolares. Possibilitando que a TV Escola alcance o objetivo a que veio: levar conhecimento, possibilitar reflexões e capacitar professores. Possivelmente com a relação direta entre proposta pedagógica, formação contínua e TV Escola esses objetivos sejam alcançados.

Esta é apenas uma pequena amostra de que as políticas de formação docente devem ser consoantes com a realidade e não implantadas sem que as pessoas interessadas saibam como utilizá-las. Acreditamos que outras pesquisas nesta área devam ser feitas, até para aventar novos caminhos para a reestruturação da utilização da TV Escola em contextos educacionais.

Referências

ALVES, A.M.A. Educação a distância e educação continuada. In: LOBO NETO, F. J. S. (org.) Educação a Distância: referências e trajetórias. RJ: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano Editora, 2001.

ARETIO, L. G. Para uma definição de Educação a Distância. In: LOBO NETO, F. J. S. (org.) Educação a Distância: referências e trajetórias. RJ: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano Editora, 2001.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Portugal: Edições 70, 1977.

BARROS, C. de C. e MARQUEZ, D. N. (DES) Caminhos da formação docente na cidade de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/EDU/edu0501.htm>>. Acesso em dezembro de 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 4.024, de 1961. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 5.692, de 1971. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 17, 2001. Brasília: DOU de 17-8-2001, SEÇÃO I, P. 46.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional Lei. Nº 7853/89, Brasília, 1989.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

CANÁRIO, R. A escola: lugar onde os professores aprendem. In: Anais do I Congresso Nacional de Supervisão na Formação. Portugal: Universidade de Aveiro, p. 71 a 86, 1977.

CASTRO, A. M. D. A. Um Salto para o Futuro: uma solução na capacitação do professor? Natal: 1998. Mestrado UFRN. Resumo disponível em www.mec.gov.br/seed/paped/projetos.shtm. Acessado: 01 maio 2004.

FREITAS, S. N. Introdução. In. Capacitação de professores e profissionais para Educação Especial e suas concepções sobre inclusão. MARQUEZINE M. M, ALMEIDA M. A. e TANAKA. E. D. O (orgs). Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003. Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial.

HIDALGO, L. A. Supervisão Escolar e Projeto TV Escola: Um estudo na Rede Pública de Ensino Fundamental do Núcleo Regional e de Educação de Londrina/PR. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1999.

IMBERNON, F. Formação docente e profissional. Formar-se para a mudança e a incerteza. 2ª ed. SP. Editora Cortez, 2001.

JANNUZZI, G. S. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do séc. XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LIMA, C. M. Educação a Distância e TV Escola: apropriações de professores em formação contínua. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia e Fonoaudióloga. Campinas, SP: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2000.

LINS, M. R. F. TV Escola e Educação a Distância: a palavra, a imagem e o professor na era da informação. PUC/RJ 1998. Resumo disponível em www.mec.gov.br/seed/paped/projetos.shtm. Acessado em 01 maio 2004.

LUCKESI, C. C. Democratização da educação: ensino a distância como alternativa. In: LOBO NETO, F. J. S (org.) Educação a Distância: referências e trajetórias. RJ: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano Editora, 2001.

MARQUES, M. B. A. Programas da SEED - TV Escola e PROINFO - impactos nas escolas públicas do RJ. EBAP/FGV-RJ. Resumo disponível em www.mec.gov.br/seed/paped/projetos.shtm. Acessado em 01 maio 2004

MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 4ª ed. SP: Cortez, 2003.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6ª edição. SP: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

NUNES, I. B. Educação a distância e o mundo do trabalho. In: LOBO NETO, F. J. S (org.) Educação a Distância: referências e trajetórias. RJ: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano Editora, 2001.

OLIVEIRA, S. S & COSTA, M. P. R. A educação inclusiva e a capacitação de professores na informática educativa no município de Fortaleza: primeiros resultados. In MARQUEZINE, M. M., ALMEIDA, M. A. e TANAKA, E. D. O. (orgs). Capacitação de professores e profissionais para Educação Especial e suas concepções sobre inclusão Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003. Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial.

ROSADO, E. M. S. Guia de análise de vídeo. Material mimeografado, s.d.

SCAPIN, I. A. S. A Formação Contínua de Professores da Ensino Médio e a TV Escola: um estudo nas escolas da rede pública de Pato Branco/PR. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências de Palmas, PR, 2003.

VIZIM, M. SILVA, S. (Org.). Políticas Públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas, SP: Mercado de Letras: 2003.

SOARES, M. S. Identificação de condições presentes ou ausentes no processo de integração do aluno com deficiência no ensino regular. UCDB, Dissertação de Mestrado em Educação, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TV ESCOLA: Guia de Programas / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 2000.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Necessidades Básicas de Aprendizagem. UNESCO, 1990.

VITKOWSKI, J. R. O paradigma emergente e a integração das novas tecnologias no projeto TV Escola. In Olhar de professor, vol. 3. Ponta Grossa, nov. 2000.